

# EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

É NECESSÁRIA UMA ALTERNATIVA  
**REVOLUCIONÁRIA**

**49 ANOS DE ABRIL**

## CONTRA A CRISE SOCIAL DA DEMOCRACIA DOS RICOS

## CONSTRUIR A DEMOCRACIA DA CLASSE TRABALHADORA



## EDITORIAL

# A democracia dos ricos na encruzilhada

Depois de 49 anos do 25 de Abril, a democracia dos ricos encontra-se numa encruzilhada. A crise social que atravessa o país vem-se transformando, cada vez mais, em descontentamento popular. Esta expressa-se com força na decadência do SNS, na luta dos professores por uma profissão digna e uma escola pública de qualidade, nos protestos contra os despejos, a especulação imobiliária e a falta de acesso a uma habitação digna, ou contra a inflação que arrasa quotidianamente a classe trabalhadora. A raiva acumula-se ainda mais ao verificar o contraste entre não haver dinheiro para assegurar as necessidades básicas de quem trabalha, mas existirem privilégios aos milhões para gestores da TAP, e casos semelhantes. Por isso, cerca de um ano após o início de funções, este governo representa cada vez uma maioria social no país. A direita e extrema-direita gritam alto contra o governo, enquanto esperam o desgaste do PS, para poderem subir ao poder com uma política ainda mais agressiva contra a classe trabalhadora. A PCP e BE criticam o PS, mas não querem novas eleições pois temem aprofundar as suas crises eleitorais.

Estão presos aos seus privilégios no parlamento, mas acima de tudo à falta de um projeto alternativo à democracia dos ricos. Limitam-se, por isso, a atuar como conselheiros do PS, que mais não desejam que novas Geringonças. A situação exige uma resposta à altura da classe trabalhadora, a CGTP deveria convocar uma Greve Geral por aumento de salários, mas opta por organizar processos às pinguinhas diluindo a nossa força.

A classe trabalhadora e a povo pobre precisa de fortalecer e unificar as lutas e desenvolver um processo de mobilização que derrote o governo de António Costa. Mas este deve ser apenas o primeiro passo, pois dentro da democracia dos ricos não há alternativa para a crise social. É preciso levantar a saída da União Europeia, a nacionalização da banca e dos setores estratégicos da economia, a tomada do problema da habitação e da transição energética e ambiental nas mãos do estado, entre outras medidas sociais e ambientais como base para um programa para uma nova revolução, que inicie a construção de uma verdadeira democracia dos trabalhadores.

## FICHA TÉCNICA

**Registo:** 127652  
**Diretora:** Flor Neves  
**Proprietária/Editora:** Cristina Portella  
**Sede da redação e edição:** Rua Carlos Mardel, 05, Cave  
**Gráfica:** AGL Artes Gráficas Lisboa – Beco do Alegrete Lisboa

**Tiragem:** 100  
**Colaboradores:** António Tonga, Cristina Portella, Edu Dário, Érica Lemos, Maria Silva, Joana Salay, João Reis, João Viegas

**Nota:** Estamos numa nova fase do nosso jornal. Após 32 edições, passamos a editar o nosso jornal com o número de registo. Por isso este é o Jornal Em Luta nº10 – Nova Fase.

# Lula da Silva e a resistência dos povos aos opressores

Neste 25 de Abril, nas vésperas da sessão solene organizada em sua honra pela Assembleia da República, Lula da Silva propôs ao heroico povo ucraniano a entrega de território do seu país ao exército invasor do ditador Putin.

## EDU DÁRIO

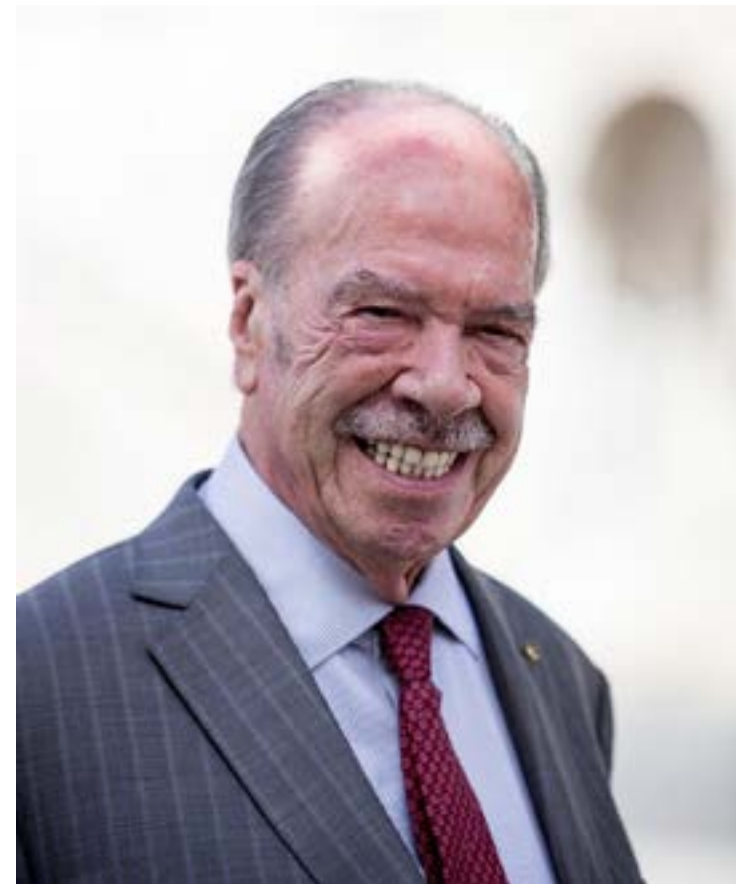
Nega assim um dos mais gloriosos momentos da história dos povos africanos, que há 50 anos impuseram uma derrota sacrificada e estrondosa ao exército invasor colonial fascista português. O povo português não pode ceder nem um palmo da sua simpatia para com a resistência ucraniana perante tal “cavaleiro da paz”.

Mas as “roupagens pacifistas” de Lula da Silva têm razões que os trabalhadores devem analisar: o governo de Lula de 2023 – tal como os seus governos anteriores – é a expressão da submissão e covardia da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano e europeu. Mas se os seus primeiros governos do início do século beneficiavam dos preços elevados das commodities brasileiras no mercado mundial, agora Lula enfrenta

a sua queda generalizada e, conseqüentemente, os riscos de uma grande crise social e financeira. Daí a importância das suas relações com as burguesias da Rússia e da China, perante quem não se pode defender o direito do povo ucraniano à sua integridade territorial. Finalmente, a burguesia brasileira e os governos de Lula também jogam um papel de intermediário, covarde e opressor, junto de outros povos mais fracos, na América Latina (Bolívia, Paraguai, Uruguai, etc.). Um exemplo vergonhoso e revoltante foi o envio, em setembro de 2004, de tropas brasileiras para o Haiti (o glorioso país onde se deu, em 1794, a primeira revolta negra triunfante e a abolição da escravatura..) decidido pelo Conselho de Segurança da ONU (EUA, China, Rússia,..) para supostamente “estabilizarem a situação interna”.

# O bom patrão... só que não!

Com a morte de Rui Nabeiro, dono da Delta, apareceram diversas declarações públicas de todos os quadrantes da sociedade, da direita à esquerda, a enaltecer este “bom patrão”. Mas, de acordo com o ditado popular suportado por décadas de experiência com o mundo em que vivemos, “Ninguém enriquece a trabalhar”... Em que ficamos?



## JOÃO REIS

Falamos aqui de uma figura cujo negócio familiar lhe permite a riqueza que leva Rui Nabeiro a fundar a Delta Cafés, que rapidamente se torna importante no mercado nacional. Não era qualquer um naquela época que erguia rapidamente uma

empresa. As boas relações que Rui Nabeiro mantinha com a ditadura podem ser comprovadas também com as duas nomeações que teve para a presidência da Câmara de Campo Maior em 1962 e 1972, bem como o acesso privilegiado que conseguiu ao mercado angolano ainda nos tempos da outra senhora.

## Como nascem os bons patrões?

Este grupo económico encontra-se numa região do país assolada por um desemprego elevado e por baixos salários. São estes os elementos que permitem ao Grupo Nabeiro, o principal empregador da região, uma boa imagem.

Associando ao elemento de principal empregador, uma figura carismática conhecida pela população, que foi presidente da câmara por diversas vezes e alguma caridadezinha, obtemos o “bom patrão” Rui Nabeiro. Mesmo

que os salários sejam baixos e haja a mesma precariedade que conhecemos noutras empresas do país. Encontramos Alfredo da Silva no Barreiro, que com a mesma mão “dava” casas, saúde, escolas e teatros (para alguns) e também bastonadas da GNR nas costas daqueles que lutavam contra os salários de fome e pés descalços que se praticavam na CUF. Também encontramos os “bons patrões” da modernidade na VW Autoeuropa. Uma

multinacional que procura em Portugal mão-de-obra barata embora qualificada para produzir um dos carros VW mais vendidos no continente europeu. Tudo com milhares de postos de trabalho e salários acima da média (da miserável média portuguesa) que escondem centenas de acidentes de trabalho e doenças profissionais, num trabalho por turnos rotativos extremamente desgastante.

## E como a esquerda reage a isto?

No dia da morte de Rui Nabeiro, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, passava por Serpa em atividade partidária. Questionado pela imprensa, Paulo Raimundo diz que “[Rui Nabeiro]... é uma pessoa justamente reconhecida no país... E eu acho que há, de facto, princípios e formas de estar que muito mais gente devia acompanhar”. Esta é a leitura que o líder do PCP, partido com presença na região em que Rui Nabeiro era bem visto e ao mesmo não deixava de explorar com baixos salários

o trabalho alheio, faz da figura deste patrão. Diante da miséria crescente, é normal que mais exemplos destes apareçam. Gente de posses que usa de carisma e mão dura quando é preciso, para manter o povo nas mãos e na ordem que permite explorar o trabalho humano com pouca oposição. Exemplos bons para quem quer passar a imagem que o capitalismo com um sorriso nos lábios, até nem precisa de pagar muito para ser bem aceite e funcionar.

## A lógica do lucro nunca pode ser boa

Já o papel de quem vive a realidade dos trabalhadores deve ser o de dizer que no mundo em que vivemos não existem bons patrões. Seja na antiga CUF que “oferecia tudo”, na Delta que nunca despediu ninguém, ou na Autoeuropa onde “em diálogo” se impõe cada vez mais um trabalho de

sofrimento, a lógica é a mesma. Pagar aos trabalhadores abaixo do que eles produzem de forma a obter o máximo de lucro possível, é esta a realidade de roubo legalizado de todo e qualquer patrão, tenha chicote nas mãos, ou um sorriso nos lábios.

# 25 de abril e a habitação: quando o povo toma a dianteira

49 anos depois da revolução portuguesa, vivemos um novo momento de grave crise habitacional. Para além das promessas do Governo, temos de visitar o legado do 25 de Abril e conhecer como atuou o povo perante o grande problema de habitação da altura.

JOANA SALAY

No ano de 1974, a crise habitacional em Portugal crescia à olhos vistos. Depois de anos de Estado Novo e de uma guerra colonial que levou o país à uma forte crise económica, a população na metrópole vivia em grande parte na

miséria.

O retrato da habitação era sintoma disso: havia bairros de lata nas grandes cidades do Porto e de Lisboa, ¼ da população vivia em casas degradadas, 40% das casas não tinham água canalizada nem esgotos e a urbanização acelerada, fruto da industrialização dos anos 50 e 60, criava grandes

contradições e desigualdades.

A população pobre e trabalhadora em Portugal vivia um momento de penúria e dificuldades, quando teve as suas esperanças renovadas com a revolução do 25 de abril.

## As ocupações como solução imediata

A revolução, apesar das suas direções quererem o povo em casa, gerou um forte movimento espontâneo onde as pessoas se iam organizando e criando alternativas para os problemas que viviam. Não foi diferente para o problema da casa, que empalmou com a palavra de ordem “Casas sim, barracas não!”.

O povo procurou soluções por conta própria. A 29 de abril, mais de cem famílias que viviam em casas de lata no Bairro da Boavista, em Lisboa, ocuparam casas num bairro social acabado de construir. Calcula-se que 10 dias depois da revolução já eram cerca de 2 mil as casas de habitação social ocupadas em

Lisboa.

Mais tarde as ocupações generalizaram-se para as casas vazias, que iam sendo ocupadas e serviam não apenas para a moradia, mas também para a organização coletiva de outros problemas sociais, servindo de creches,

escolas, sedes de organizações políticas, até mesmo hospitais.

## A organização do duplo poder

Esse movimento de auto-organização foi gerando a necessidade de dar mais corpo organizativo ao processo que exigia algum grau de centralização. Assim, as lutas por melhores condições de vida

geraram formas embrionárias de democracia operária que organizavam assembleias de bairro, de empresa, de fábrica, de escola e das quais emergiam as comissões de moradores, de fábrica, etc. A luta

do operário na fábrica combinava-se com a luta do morador no bairro e ultrapassava os limites do Governo de colaboração de classes, com PS, PCP e setores da burguesia, que tentava “estabilizar”

o país.

O povo foi criando um poder paralelo ao do Estado burguês, constituindo elementos de duplo poder, expressão da revolução viva nas ruas.

## Não se pode tocar no direito à propriedade privada

Já em 1965, fruto do aceleração da urbanização, o Governo de Salazar passa aos privados o direito de urbanizar. Assim, o processo de transformação do solo rural em urbano passou a ser determinado pelas dinâmicas e pelos interesses do sector privado e privilegiando

os grandes detentores de terra e de capital. As medidas dos governos provisórios, longe de enfrentarem essa lógica, passavam pelo incentivo ao crédito de habitação e ao estímulo à construção civil. Estas medidas beneficiavam, por um

lado, os setores médios da sociedade, que tinham facilitado o acesso à habitação e, por outro, garantiam maiores lucros ao setor privado.

As cooperativas, vistas por alguns hoje como solução para o problema da habitação, na altura não tiveram um gran-

de crescimento, que só ocorreu depois de 77, quando se estabelece um apoio de crédito específico, mantendo-se assim como uma forma de construção que favorece o sector privado, e não o interesse público.



## Programa SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

O SAAL surge em 6 de agosto de 1974 para apoiar as iniciativas da população no sentido de colaboração para a transformação os bairros. Tinha como objetivo constituir comissões que garantiriam as melhorias das casas construídas no próprio local da construção. As comissões teriam a gestão e o controlo dos empreendimentos pelas populações locais e contavam com o

apoio financeiro e técnico do Estado.

Ou seja, é o reconhecimento do Estado de que não vai garantir casas para todos e também uma tentativa de organizar e centralizar através do Estado as iniciativas populares que surgiam por todo o país. O SAAL é assim a expressão da batalha entre a revolução, a auto-organização do povo, e a contrar-

revolução, a consolidação do regime democrático Burguês. Por isso, teve pouco resultado prático e constantemente esbarrava nos interesses dos donos dos terrenos, uma vez que não se pretendia questionar a propriedade do solo. O SAAL foi extinto em novembro de 1976, enquanto cresciam enormemente as construções clandestinas.

## Resolver o que Abril não resolveu

Durante o PREC, o que dava a tônica de todos os processos políticos e sociais era a luta entre o poder popular e os embriões da construção de uma democracia operária em oposição à constituição do regime democrático burguês. A Constituição da República Portuguesa, no ano de 76, consagra o direito à habitação afirmando que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de

dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

No entanto, hoje, o artigo 65º é apenas tinta no papel, uma vez que vivemos uma nova crise habitacional que, calcula-se, atinge 100 mil famílias. É preciso discutir as políticas que foram aplicadas e as suas consequências. A democracia burguesa, que consagra o di-

reito à propriedade privada, conduziu ao resultado do endividamento progressivo das famílias e ao fortalecimento dos grandes bancos e fundos imobiliários.

A alternativa para a crise da habitação passa por retomar as lições de Abril e impor, através da organização das massas, as demandas não respondidas pela democracia dos ricos.

## Organização Popular

Sérgio Godinho  
Éramos para cima de um milhão  
Moradores sem eira nem beira  
A fazer das tripas coração  
Cada qual à sua maneira  
A viver sem água e a viver sem jeito  
A viver sem tréguas  
Uma vida a eito em barracas velhas  
E andares desfeitos  
E da conjugação destes fatores  
Pouco a pouco nasceu a ideia  
De formar comissões de moradores  
Elegíveis em assembleia  
Exigimos muito, fizemos projetos  
Ocupamos casas  
E erguemos tetos com a população  
E até alguns arquitetos  
Vamos pra frente com a organização popular  
Vamos pra frente com a organização popular  
Vencer é lutar  
Eram várias vezes um milhão  
Vários milhões de trabalhadores  
A fazer das tripas coração  
E a sonhar com dias melhores  
A vender o corpo e a comprar migalhas  
A emprestar a vida  
E a viver ao calha e a ser despedido  
Por dá cá aquela palha  
E da conjugação destes fatores  
Pouco a pouco nasceu a ideia  
De formar comissões de trabalhadores  
Elegíveis em assembleia  
Lutamos primeiro pra sobreviver  
Mas no fim de contas  
Para, enfim, poder mudar o destino  
Lutar e vencer  
Ouve a música aqui:



## A revolução russa e o direito à habitação

Temos na Rússia de 1917 um excelente exemplo de como o poder da classe trabalhadora e do povo pobre pode atuar para resolver os problemas mais sentidos da população, dentre eles a garantia do direito à habitação.

Após a revolução de outubro,

com o governo dos soviets, garantiu-se a moratória das dívidas da renda das famílias e a habitação como propriedade do povo. Não acabando necessariamente com a renda, mas estabelecendo o critério de direito à habitação para as famílias e transferindo o

valor arrecadado para o investimento de construção de parques da habitação público. Enquanto não estivesse garantida essa tarefa Lenine defendia o direito de ocupação de espaços nas residências urbanas com vistas a proteger a população do frio e da situa-

ção de penúria sob a qual passavam devido à crise social. Com o processo de burocratização da URSS, fruto do isolamento soviético, a democracia operária foi perdendo peso para a burocracia e as conquistas da revolução retrocederam.

# Contra a crise social da democracia dos ricos, construir a democracia dos trabalhadores!

Quando assinalamos 49 anos do 25 de Abril é preciso falar das conquistas da revolução que estão a ser progressivamente destruídas – como é o caso da saúde ou educação – mas também das contradições estruturais em que nasce imersa a democracia portuguesa e que explicam os problemas que a classe trabalhadora do país enfrenta hoje.

MARIA SILVA

Quando a extrema-direita sobe ao poder em vários países do mundo, é fundamental gritar bem alto que os regimes que estes partidos defendem se basearam na falta de liberdades, na tortura e perseguição, na ausência do direito à greve e manifestação, na brutal opressão colonial e na submissão das mulheres, no atraso cultural, na falta de acesso a cuidados básicos de saúde ou educação. Os únicos

beneficiados eram os grandes grupos económicos como a CUF/Mello, Espírito Santo ou Chamentalimaud.

Mas o 25 de Abril não se fez apenas contra a ditadura, questionou também o sistema capitalista. Os trabalhadores tomaram os destinos nas suas próprias mãos e puseram em marcha a construção de um novo país. Organizaram assembleias, comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados que conquistaram vários dos direitos que ainda te-



mos hoje, como a escola pública e o SNS. Nada foi oferecido pela burguesia e seus represen-

tantes: tudo foi conquistado pelas mãos dos trabalhadores e jovens com as suas lutas.

## PS e PCP derrotaram a revolução

Esteve na ordem do dia construir o socialismo, acabando com a exploração do homem sobre o homem. A burguesia impediu que esse processo avançasse. PS e PCP, as duas grandes direções dos trabalhadores nesse momento, garantiram que esse caminho fosse trilhado. O PS pretendia um modelo de democracia parlamentar capitalista, alinhado aos países europeus e às respetivas social-democracias. O PCP integrou todos os

governos provisórios (burgueses) durante a revolução. Alinhado à URSS (onde vigorava uma ditadura estalinista em tudo oposta ao poder da revolução de outubro e ao poder dos soviets), pretendia controlar ferreamente o movimento operário e o aparato de Estado, mas não tinha o projeto de construir um estado operário em Portugal, porque isso punha em causa os pactos que a URSS tinha com o imperialismo

americano desde Ialta e Potsdam.

No 25 de novembro de 1975, entre PS e PCP, derrotou-se o duplo poder dentro das Forças Armadas. O resultado consagrado na Constituição de 1976 foi uma democracia parlamentar capitalista, mas garantindo amplas liberdades democráticas e as conquistas feitas pelos trabalhadores e a juventude, o que incluiu a manutenção do PCP como partido legal, ao contrário

do que desejavam os setores mais reacionários.

Sem uma direção com peso de massas que propusesse a construção de um Estado organizado sobre a base da centralização das comissões de trabalhadores num poder alternativo dos trabalhadores, a revolução foi recuando. Ao longo dos anos, ficou mais claro que o “socialismo democrático” do PS era, na verdade, uma democracia capitalista dos ricos.

## A democracia dos ricos e a submissão à União Europeia

Perdidas as colónias, o projeto da burguesia portuguesa passava por ser a sócia menor do imperialismo europeu, para conseguir algumas migalhas nesse processo. Daí a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia – hoje União Europeia.

A moeda de troca foi a entrega dos principais setores da economia nas mãos dos grandes grupos económicos estrangeiros, privatizando e liberalizando setores estratégicos como a banca, energia, transportes e comunicações, um processo que se inicia com as privati-

zações nos 90, mas que dá um salto de qualidade depois da intervenção da Troika em Portugal em 2011-2013. Acima de tudo este processo teve como principal moeda de troca a entrega total dos trabalhadores em Portugal como mão-de-obra barata para exploração

das grandes multinacionais e, para tal, derrotar ou tornar inócuas várias das conquistas realizadas durante a revolução. O resultado é um país periférico, totalmente submisso aos ditames da UE, sem qualquer projeto de país sustentável social e ecologicamente.



## É preciso questionar o modelo da democracia dos ricos

49 anos depois do 25 de abril, os trabalhadores em Portugal vivem cada vez pior. Os problemas do país são tratados separadamente, alimentando a ilusão de que é possível recuperar direitos sem questionar este modelo de país. Aceitar a democracia dos ricos e cumprir as regras da UE significa ficar de mãos atadas frente aos grandes problemas sociais e ecológicos do país, cujo preço é a desgraça e miséria da maioria da população. PS e PSD-CDS, com mais ou menos medidas sociais, be-

neficiando mais um ou outro setor capitalista, partilham a responsabilidade de um país de serviços e turismo, assente nos baixos salários e na destruição ambiental do país. Este modelo também não foi revertido pelos governos da Geringonça (com apoio do Bloco de Esquerda e PCP). BE e PCP criticam hoje o governo PS, mas a sua alternativa são novas Geringonças. Reivindicando as conquistas do 25 de Abril, não questionam a democracia dos ricos que se instituiu nem o modelo

de país submisso à UE. Querem tratar as feridas mais graves, mas recusam-se a curar a doença.

O Chega afirma-se como alternativa, colocando como centro a questão da corrupção, enquanto de forma oportunista diz estar com os professores ou outros setores que lutam. No entanto, o seu programa é a privatização de todos os serviços públicos, os ataques ao direito à greve e o reforço do poder autoritário do Estado, bem de acordo à sua simpatia com o salaza-

rismo. Propõe ainda uma sociedade que se baseia na discriminação racial e étnica (como é o caso dos ciganos), enquanto protege os grandes capitalistas e garante a manutenção de Portugal dentro da UE. Também a Iniciativa Liberal aprofunda o caminho de submissão à UE, propondo ao mesmo tempo que o Estado sustente os privados, um modelo que a História já provou beneficiar apenas uma minoria privilegiada. Nada disto é a saída para os trabalhadores.

## Uma nova revolução para construir uma democracia da classe trabalhadora

O 25 de Abril foi uma revolução vitoriosa nos seus objetivos democráticos e com grandes conquistas sociais e económicas, mas foi derrotada quando pretendia mudar o sistema capitalista. Por isso, vivemos numa democracia dos ricos, estando sempre disposta a reprimir os “direitos democráticos” quando isso sirva para defender os

grandes capitalistas, como se tem visto nas lutas contra a destruição ecológica ou nos ataques ao direito à greve dos professores.

Para resolver os problemas da inflação, da habitação, da saúde, da educação, do ambiente, da precariedade, entre outros, é preciso construir em primeiro lugar grandes lutas que se vão unificando entre

si, e construir uma greve geral para parar os ataques deste Governo e da grande burguesia que ele protege.

Mas já vimos que a democracia dos ricos e o projeto de um país submisso e baseado na nossa exploração e opressão não nos serve. É preciso fazer uma nova revolução que retome a tarefa que ficou inacabada há 49 anos: acabar

com o capitalismo e construir o socialismo, uma sociedade sem exploração e opressão, sustentável social e ecologicamente. E para isso temos que tirar as lições do passado e propor um novo projeto de país a serviço da classe trabalhadora e do povo mais pobre. Só assim teremos uma verdadeira democracia para os trabalhadores.

# Abril negro O PREC em África

“O 25 de Abril nasceu em África”. É (felizmente) cada vez mais comum ouvir esta afirmação, alicerçada na derrota política e militar do regime colonial português na Guiné-Bissau, cuja declaração unilateral de independência nas Zonas Libertadas pelo exército do PAIGC a 24 de setembro de 1973 foi a estocada final.

## ANTÓNIO TONGA

Mas para entendermos o processo que se agudiza no 24 de setembro de 1973, precisamos de ir mais atrás num processo à escala global. As lutas anti-coloniais e independências em África, à semelhança de inúmeros países da Ásia, foi acelerada pela sangria militar, económica e política que a 2.ª Guerra Mundial causou no Imperialismo Europeu, incapaz, assim, de conter os ventos independentistas que se propagavam pelo continente. Era “A hora de África” e as independências inevitáveis. Assim, o Imperialismo Europeu tratou de entregar os anéis para conservar os dedos e abrir perspetivas de continuidade da sua supremacia económica, procurando conter ao máximo as fagulhas do que para si representavam autênticos incêndios, mas eram para os africanos verdadeiros faróis de luta, como foi o caso das lutas de libertação dos Mau Mau, no Quênia, e a da Frente de Libertação Nacional, na Argélia.

Os povos africanos faziam as suas lutas no marco da Guerra Fria, sendo inevitavelmente disputados entre



EUA e URSS. Assim, aquelas direções que pretendiam uma postura independente em relação ao imperialismo e colonização tendiam para o polo soviético; aquelas que pretendiam uma incorporação ao mercado mundial, mantendo privilégios burgueses no acesso ao mundo ocidental, e posicionando-se como os novos gestores do capital em África e estavam com o Impe-

rialismo americano, de onde destacamos o caso de Mobutu Sese Seko, ditador do Zaire, atual República Democrática do Congo.

O bloco da URSS, supostamente progressista, representava de facto a tradição antidemocrática estalinista e maoísta da política de conciliação de classes expressa nas frentes populares, de silenciamento e esmagamento das or-

ganizações da classe trabalhadora, e de oposição artificial entre classes exploradas, ou na dicotomia campo-cidade. Por isso, não cumpriu a reivindicação de socialismo no continente. Esses são os exemplos da Tanzânia de Julius Nyerere e da Zâmbia de Kenneth Kaunda, conjuntamente com o Gana de Kwame Nkrumah, os principais dirigentes progressistas de África.

## E o 25 de Abril?

Como sabemos, Portugal, à altura do início do processo que culmina na derrocada do fascismo, era uma nação Imperialista decadente, um sócio menor do Imperialismo Europeu, que tinha nas suas colónias africanas a tábua de salvação. Num país onde o nível de vida era totalmente desfasado do

resto do continente europeu, a perda das “províncias ultramarinas” era uma não discussão no seio da ditadura.

Daí a necessidade de destruir pela raiz qualquer pensamento de insurreição que determinou a política de forte repressão que resultou no Massacre de Batepá, em São Tomé e

Príncipe (1953), Pdjiguí, na Guiné-Bissau (1959), e mesmo na feroz repressão à Revolta da Baixa de Cassange, em Angola (1961). Estes episódios foram fundamentais para o início da marcha histórica dos povos africanos rumo ao fim do colonialismo, sendo que guerra colonial (61-74) foi também o

acelerador fundamental da juventude portuguesa deslocada para a guerra. Não é uma coincidência a presença hegemónica da frente guineense entre os oficiais do MFA. Tampouco a Descolonização ser um dos 3 D's junto do desenvolvimento e da democracia.



Outra das contradições mortais do regime português, e não por acaso também das independências, foram as origens das direções MPLA, PAIGC, FRELIMO, MLSTP): nos lugares cimeiros estavam ex-estudantes que fizeram parte da sua formação política na Casa dos Estudantes do Império, na

metrópole. Foram estes filhos das pequenas elites locais de assimilados que, pela sua instrução e contacto com as ideias e práticas dos ascensos de luta por todo o mundo e da luta antifascista em Portugal, solidificaram direções e apresentaram projetos de nação independente sem o colono no poder. Ao

mesmo tempo que a burguesia portuguesa formou parte dos seus algozes nas colónias, também a posição de classe destes filhos da terra limitava os seus projetos de independência. Com base no interesse material dos seus sectores sociais de substituir o aparelho colonial, e se instalar enquanto gestores

dos estados recém-formados e dos seus recursos, estes cristalizaram-se assim como proto-burguesias nacionais rentistas assentes na burocracia dos movimentos de Libertação, que venceram as guerras civis contra as forças abertamente pró-imperialistas da RENAMO, UNITA e FNLA.

## Revolução e contrarrevolução – o caso angolano

Chegados a abril e ao PREC, o duplo poder está na rua, mas não é só em Portugal; também nos PALOP podemos constatar essa realidade. O caso angolano é talvez o mais rico devido ao papel central do país para o regime. Tal como em Portugal, o duplo poder foi uma realidade, e os trabalhadores e populares angolanos criaram e participaram em Comissões de Empresa e Comissões de Bairro, garantindo a autodefesa, lutando por salários e direitos, em momentos até mesmo contra as suas direções da luta.

Essas direções tiveram que derrotar a Revolução, no caso português entregando o poder à burguesia e permitindo que os sectores mais reacionários, como os comandos, pudessem reprimir e derrotar os trabalhadores em armas. Entre estes últimos destacamos a figura de

Jaime Neves (ídolo da direita portuguesa, figura central do 25 de novembro e, a título macabro, um dos principais responsáveis pelo massacre de Wiriyamu, onde mais de 400 civis desarmados foram assassinados e posteriormente queimados, juntamente com as suas aldeias.

No caso africano, a contrarrevolução fez-se de forma brutal e sangrenta. A ausência de uma burguesia nacional a quem se pudesse confiar o poder com efeitos imediatos de democracias burguesas, bem como a ausência de uma perspetiva de Revolução Permanente, em que a classe trabalhadora e as suas instituições fossem, de facto, a base dos novos Estados, das escolas da revolução e da elevação do nível teórico e prático das populações; em que as filhas e filhos da terra pudes-

sem pensar e dar resposta aos problemas do seu país, significou que, aos movimentos de libertação, coube o papel de serem também os covéis dos processos revolucionários.

Se por um lado a pressão imperialista, no caso da invasão de Angola pelo regime do apartheid (1975-92), a guerra-civil moçambicana (1977-92) e o assassinato de Amílcar Cabral em 73 (principal figura de toda a luta de libertação) foram golpes demonstrativos do quanto o imperialismo boicotou a caminhada desses povos, também não é menos verdade salientar que episódios como o golpe de 1980, que acelerou o apodrecimento da direção do PAIGC na Guiné, e a sangrenta repressão do 27 de Maio de 77 em Angola, que matou uma geração de dezenas de milhares dos melhores militantes que a luta

anticolonial pela superação do jugo imperialista formou no país, foram a esteira em que assentou o fim do PREC nos PALOP, e o principal elemento para o avançar da política neocolonialista nestes países.

Nessa tarefa, como em qualquer processo revolucionário internacionalista, a falta de uma direção revolucionária em qualquer das frentes do PREC contribuiu para a derrota dos processos. Lembrar Abril e as independências é lembrar que a principal tarefa, a de construir uma direção internacionalista que fortaleça e se fortaleça nas classes exploradas, é o que nos separa entre a continuação da barbárie no mundo e tomar o poder e fazer a revolução socialista para colocar a necessidade do conjunto na ordem do dia.

## NACIONAL

# Abusos sexuais na Igreja Católica

## A impunidade e poder de um Estado absoluto dentro do Estado burguês

Nos últimos meses, a opinião pública portuguesa indignou-se perante os quase 5 mil crimes de 'abusos sexuais sobre crianças e adolescentes' perpetrados desde 1950 por membros da Igreja Católica – ou a coberto da sua hierarquia –, apontados pela 'Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais na Igreja Católica Portuguesa' (relatório "Dar voz ao silêncio").

### EDU DÁRIO

O Em Luta associa-se profundamente àquela indignação e revolta; mas assume ainda uma tarefa que achamos que deve ser comum à esquerda revolucionária: a construção de uma análise e programa de

denúncia e mobilização contra o Estado burguês - dito democrático... - cúmplice e, no final, o garante de décadas de impunidade da Igreja Católica.

Aquele relatório inclui 512 relatos diretos das vítimas,

que devem ser considerados a ponta de um icebergue de 4815, e a denúncia de 100 padres abusadores (um dos quais é o 'orientador espiritual' de André Ventura, entretanto suspenso da sua paróquia...). Refere que a maioria das de-

núncias provém de mulheres... A este cenário, objetiva e juridicamente criminoso, deve juntar-se uma ideologia e cerimónias terroríficas baseadas no pecado, castigo, penitência, submissão, homofobia, ...

## A democracia burguesa ajoelha-se perante a Igreja Católica

No entanto, salvo raras e honrosas exceções, a indignação geral dos comentadores e analistas, dos dirigentes partidários, da hierarquia do Estado – do Presidente ao Governo, Assembleia da República, aparelho judicial, etc, - não reivindicou a universalidade da lei geral do Estado e o fim da hipócrita 'separação entre o Estado e a Igreja'. Para os "democratas" mais palavrosos, os crimes cometidos na Igreja Católica devem ser investigados e justificados pela própria Igreja Católica! Assim, o Estado burguês "democrático", que tem uma justiça – a sua justiça... - para os crimes do cidadão comum e associações criminosas, deve inibir-se de levar aquela justiça e investigação policial até o último recanto daquela



Igreja Católica!... Recorde-se que a Comissão Independente

foi iniciativa da sua hierarquia para tentar controlar a onda

de denúncias e escândalos que alastrava de outros países.

## As Concordatas de 1940 e de 2004

Pedra basilar daquela cumplicidade são as Concordatas de 1940 (o salazarismo estava no poder...) e a de 2004. Assim, a Concordata de 2004, subscreta 10 anos após o 25 de abril no Vaticano por Durão Barroso (PSD) com a presença de altos dirigentes do PS, "reconhecia a Concordata de 7 de maio de 1940" nomeadamen-

te na recuperação do enorme e poderoso património e bens (e que com a 'Lei de Separação do Estado das Igrejas' de Abril de 1911, decorrente da revolução republicana de 1910, tinham passado a pertencer ao estado). Mas mais: em 2004 também foi reconhecida a hipócrita "liberdade religiosa" (o que garante à Igreja Católica a

propaganda da sua ideologia) e ainda em inúmeros outros aspetos com relevância para a jurisdição judicial do Estado ou a extensão dos 'direitos civis' (heranças, etc...) ao casamento meramente religioso, com enormes consequências sociais e económicas. A classe trabalhadora não pode deixar de construir um

programa e mobilização que derrubem os privilégios políticos, económicos e judiciais que fazem da Igreja Católica, em particular da sua hierarquia, um Estado excepcional dentro do Estado burguês, e construa uma sociedade totalmente gerida por si e pelas suas mãos

## INTERNACIONAL

# Luta em França

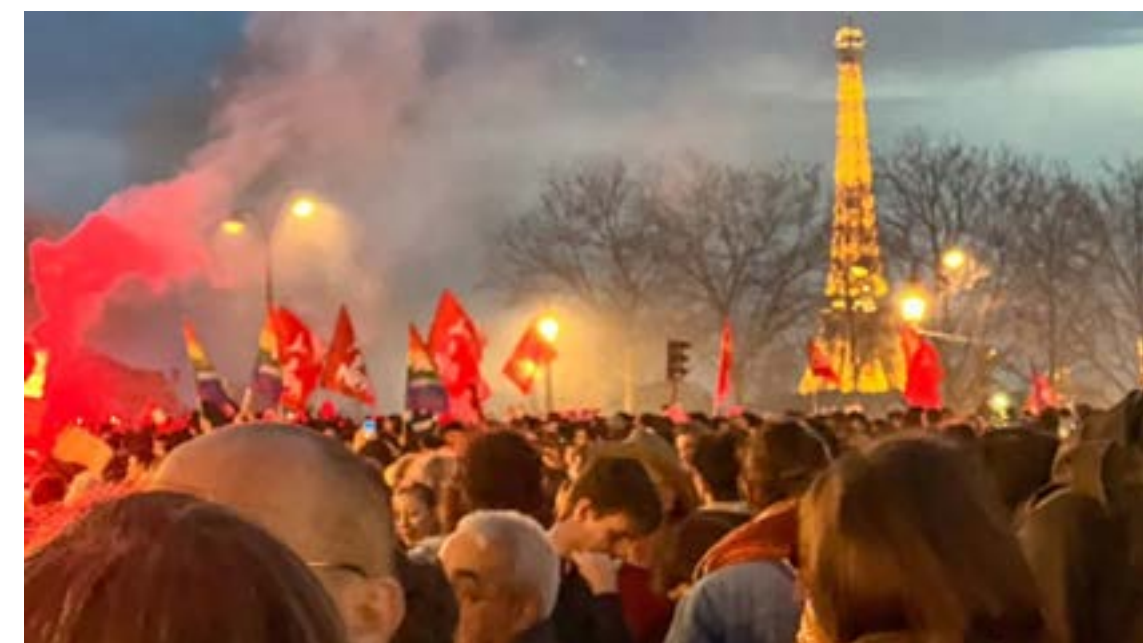
## “Grève, Blocage, Macron dégage!”

“Greve, Bloqueio, Fora Macron!”: esta foi uma das palavras de ordem mais entoadas pelos trabalhadores e jovens nas manifestações que reuniram milhões pelas ruas do país contra o aumento da idade da reforma de 62 para 64 anos imposto pelo presidente francês.

### CRISTINA PORTELLA

Tudo começou a 19 de janeiro último, quando entre 1 e 2 milhões de manifestantes desfilaram por toda a França para protestar contra o projeto de reforma das pensões apresentado pelo presidente Emmanuel Macron. Estava dado o sinal de que este enfrentamento seria um marco das lutas sociais no país, como o foram a mobilização contra o CPE (contrato de primeiro emprego), em 2006, que derrotou o governo do então primeiro-ministro Dominique de Villepin na presidência de Jacques Chirac, ou mesmo com o Maio de 68.

Numa das manifestações, em Paris, um estudante do secundário contou que o bloqueio iniciado em frente ao seu colé-



gio não surtira o efeito desejado, mas por um bom motivo: “Todas as escolas secundárias tiveram de fechar, uma após outra, porque temos muitos

professores em greve”. O jovem, presidente da Federação Independente e Democrática do Ensino Médio, sorriu ao explicar a razão de participar

daquela manifestação: “Mostrar a nossa solidariedade com os velhos e defender o direito de nos aposentarmos com saúde”.

## O auge da luta

A luta iniciada em janeiro prosseguiu com greves, bloqueios e manifestações, com mais ou menos intensidade até março, quando atingiu o seu pico. A razão forneceu-a o próprio Governo, quando resolveu enfiar a reforma das pensões goela abaixo do povo francês através do famigerado artigo 49.3 da Constituição, que permite a aplicação de uma lei sem passar por vota-

ção parlamentar.

A resposta veio célere, com protestos espontâneos, confrontos com a polícia e ataques a prédios das câmaras municipais e gabinetes de deputados da coligação de Macron, La République en Marche!

O mais importante: as greves ganharam uma intensidade nunca vista até então, muitas delas renováveis. Os setores mais combativos foram os tra-

balhadores das refinarias, principalmente na Normandia; do lixo de Paris; os ferroviários da SNCF (companhia ferroviária estatal); e os empregados das empresas de eletricidade e gás. O lixo acumulou-se nas ruas de Paris; os comboios da SNCF deixaram de circular em várias regiões, principalmente na Bretanha; uma greve espontânea, isto é, iniciada sem a convocação de um sindicato,

começou na manutenção do TGV, o que obrigou a remoção de 110 comboios dessa rede, num total de 136; todas as seis refinarias que refinam petróleo no país foram afetadas, direta ou indiretamente, pelo movimento grevista, sendo que na maior delas, a de Gonfreville l'Orcher, na Normandia, os trabalhadores aprovaram greve renovável a partir de 7 de março.

## Momento de inflexão

No dia 23 de março, 3,5 milhões de trabalhadores, jovens e reformados vão às ruas protestar. Nesse dia ficou nítido que as direções sindicais já não canalizavam todo o processo de luta, e que a auto-organização da base dos trabalhadores e da juventude estava a

avancar. A palavra de ordem “Fora Macron” generalizou-se. Macron é visto como o presidente dos banqueiros e apenas 28% dos franceses têm boa opinião sobre ele. A tarefa daquela fabulosa luta social já não era apenas derrubar a reforma das pensões,

mas também conquistar o aumento dos salários, defender os direitos democráticos de manifestação e greve, pôr fim à repressão policial e, sobretudo, derrubar o governo Macron.

Para cumprir essa tarefa, seria preciso uma direção que

propusesse aos trabalhadores fazer avançar a sua luta com a organização de uma greve geral renovável. A Intersindical, até agora, não o fez e, ao não o fazer, pode comprometer o desfecho de uma luta que tinha – e ainda tem – tudo para ser vitoriosa.

**INTERNACIONAL**

# Lições da luta em França

Há três meses que trabalhadores, estudantes e reformados ocupam as ruas, realizam greves e enfrentam a repressão do governo do presidente francês Emmanuel Macron para impedir que a idade da reforma aumente de 62 para 64 anos e o tempo de serviço passe para 43 anos e apelam à continuidade da mobilização.

Apesar de o Tribunal Constitucional ter aprovado a nova lei e de o presidente tê-la promulgado, a coragem e a determinação demonstradas pelos lutadores fazem-nos acreditar que ainda é cedo para o governo cantar vitória. “Nos nossos locais de trabalho, as próximas horas devem ser gastas debatendo como continuar o nosso movimento social. Está fora de questão desistir porque agora é a hora de atacar novamente, com muita força, o governo e os patrões”, avaliava a União Sindical Solidaires em panfleto divulgado a 15 de abril.

Nesse mesmo sentido, segundo as sondagens, 60% dos franceses querem que os sindicatos continuem a mobilizar a sua base. Para isso foram agendadas manifestações que



irão convergir numa jornada de “mobilização excepcional”

contra a reforma das pensões e por justiça social no 1º de

Maior, conforme proposta da Intersindical.

## Unidade para lutar

A formação da Intersindical para conduzir de forma unitária o movimento contra a reforma foi uma das conquistas dessa luta. Esta reúne várias centrais sindicais, entre as quais a CGT, a maior e mais tradicional; a CFDT, muitas vezes aliada do

governo de turno e contrária a greves; e a Solidaires, uma das mais combativas. Há doze anos que tal unidade não acontecia e só aconteceu agora porque as bases o forçaram e Macron optou pela total truculência, recusando-se a negociar.

Presidente e primeira-ministra, Elisabeth Borne, reprimiram as manifestações, ordenaram requisições de trabalhadores para enfraquecer as greves e enviaram a polícia para acabar com os piquetes. Foi contra isso que prevaleceu outra das lições des-

ta luta: a solidariedade entre os trabalhadores das diversas categorias profissionais e da população para com os grevistas, principalmente da juventude. No genuíno espírito do Maio de 68.

## Lições de solidariedade

Entre os muitos exemplos de solidariedade presenciados até agora há o da refinaria de Gonfreville-l'Orcher, na Normandia, a maior da França. Quando o Governo enviou a polícia e requisitou trabalhadores para tentar reabrir a refinaria, em

março, a vanguarda mobilizou centenas de pessoas de todo o país para reforçar os piquetes e derrotar a repressão. Foram ativistas sindicais, coletes amarelos e cidadãos comuns; intelectuais, artistas e políticos; estivadores, ferroviários,

coletores de lixo, carteiros, professores e estudantes. Vieram de todas as partes da França, em autocarros ou de boleia.

Diante daquela massa humana, a correlação de forças mudou. Determinante foi também o apoio dos

estivadores de Le Havre, que ameaçaram bloquear o porto daquela cidade se os grevistas não pudessem passar. Passaram. Os robocops da repressão bateram em retirada e o piquete foi recomposto.

## O que está a faltar?

A luta em França foi além de uma forte e radicalizada disputa sindical. Ela colocou em crise o governo Macron, isolado e odiado pela maioria da população, e recebeu o apoio de 90%

dos trabalhadores franceses. A luta em França teve – não sabemos se ainda terá – condições de avançar para uma poderosa greve geral renovável que ponha fim às greves separadas,

derrote o governo e o obrigue a recuar da sua reforma das pensões.

Ao não convocá-la, a Intersindical deixou o movimento numa espécie de beco sem saída e abriu es-

paço para Macron reagir. Veremos, nos próximos dias e meses, se este problema foi fatal ou se será possível retomar a luta com a mesma radicalidade de até então. Oxalá!